



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Cid Gomes

PARECER N° , DE 2021

SF/21535.71119-63
|||||

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF)
nº 58, de 2021, da Presidência da República, que
*submete à apreciação do Senado Federal, de
conformidade com o art. 52, inciso IV, da
Constituição, e com o art. 39, combinado com o
art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do
Senhor PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA,
Ministro de Primeira Classe da Carreira de
Diplomata do Ministério das Relações Exteriores,
para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na
República da Colômbia.*

Relator: Senador CID GOMES

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Nesse sentido, esta Casa legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Colômbia.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) em razão de preceito regimental, o indicado é filho de Antônio Setembrino de Mesquita e Ruth Estivallet de Mesquita, tendo nascido em 17 de dezembro de 1959, em Porto Alegre/RS. Graduou-se em Engenharia Agronômica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1983 e no Curso de Preparação à Carreira Diplomática em 1984. Em 1986 completou a Pós-graduação em Administração na École Nationale

d'Administration em Paris, França, e foi aprovado, em 2004, no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas do Instituto Rio Branco (CAD) com a tese “Multifuncionalidade e preocupações não comerciais: implicações para as negociações agrícolas na OMC”.

Tornou-se Terceiro-Secretário em 1985, Segundo-Secretário em 1989 e Primeiro-Secretário em 1997. Foi promovido a Conselheiro, em 2001, a Ministro de Segunda Classe, em 2006 e a Ministro de Primeira Classe em 2013. Todas as promoções por merecimento.

Na Secretaria de Estado exerceu, entre outras, as seguintes funções: Chefe, substituto, da Divisão da Ásia e Oceania II (2000-2001); assessor do Gabinete do Ministro de Estado (2001-2003); Diretor do Departamento Econômico (2011-2015); Coordenador Nacional para o Mercosul (2015 e 2017); Subsecretário-Geral da América Latina, Central e do Caribe (2015-16); Subsecretário-Geral da América Latina e do Caribe (2016-18). Chefiou a delegação brasileira em numerosas e relevantes reuniões internacionais.

Entre 2016 e 2018 foi membro do Conselho de Administração da Itaipu Binacional.

Em missões no Exterior, serviu na Delegação Permanente em Genebra (2003-2008) e na Delegação do Brasil junto à OMC (2008-2011), entre outros postos. Por fim, desde 2018, é Embaixador do Brasil em Pequim, na China.

Entre as obras que publicou destacam-se: “Multifuncionalidade e Preocupações Não-comerciais: Implicações para as Negociações Agrícolas na OMC”. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2006; “Taxation and Representation in the WTO”, in Stewart, Terence P. (ed.) “Opportunities and Obligations: New Perspectives on Global and US Trade Policy”. Alphen aan den Rijn: Kluwer Law; “O papel central do setor privado na atuação do Brasil no Sistema de Solução de Controvérsias da OMC” in Benjamim, Daniela Arruda (org.) *O Sistema de Solução de Controvérsias da OMC*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

Foi agraciado com diversas condecorações, como a Ordem de Rio Branco (Brasil, Comendador); Ordem do Mérito Militar (Brasil, Cavaleiro), Ordem do Mérito Naval (Brasil, Oficial); Medalha Mérito Tamandaré, Brasil. Recebeu, também o Prêmio Rio Branco, Medalha de Prata, do Instituto Rio Branco.



SF/21535.71119-63

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a Colômbia. O documento apresentado oferece amplo leque de outras informações.

A República da Colômbia é o quarto país da América do Sul em extensão territorial, segundo mais populoso, com cerca de 50 milhões de habitantes, e a terceira economia. As relações diplomáticas com o Brasil se estabeleceram na década de 1820, quando o país era ainda Grã-Colômbia e seu território compreendia não apenas a atual Colômbia, mas também Equador, Venezuela e Panamá.

O Brasil tem apoiado o processo de paz iniciado desde 2016, ativamente, com programas de cooperação na área de desminagem. As minas antipessoais espalhadas no País é tema de grande repercussão. Estima-se que o Brasil auxiliou na destruição de mais de 3.500 minas terrestres e 320 artefatos explosivos improvisados.

Essa pacificação, contudo, enfrenta vários desafios, tais como reintegração de ex-combatentes, a garantia dos direitos humanos em áreas afetadas pelo conflito, o tráfico de entorpecentes e a desmobilização de grupos paramilitares ainda ativos.

O Presidente Iván Duque Márquez, eleito em 2018 para mandato de quatro anos, pautou sua plataforma no combate à criminalidade e na condução do processo de paz, em especial diante de dissidências das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e do Exército de Libertação Nacional (ELN). Além disso, o combate ao narcotráfico segue um grave problema, com vastas áreas cultivadas de folha de coca. Recentemente, houve a prisão de Dairo Antonio Usuga, codinome Otoniel, que era o traficante de drogas mais procurado da Colômbia e líder do Clan del Golfo. Este clã reúne mais de 1.200 pessoas armadas.

Contudo, a pandemia e as dificuldades econômicas, além do grande fluxo de imigrantes venezuelanos (a Colômbia é o País que mais recebeu imigrantes, no total de 1,7 milhões de pessoas, o levou a estabelecer políticas impopulares, como reforma tributária, e tem enfrentado duras e intensas manifestações populares.

O Brasil é o 4º principal fornecedor de produtos à Colômbia (atrás de EUA, China e México), principalmente com exportação de automóveis de passageiros, partes e acessórios de veículos automotivos e produtos da indústria de transformação; e o 5º maior destino de exportações



SF/21535.71119-63

colombianas, especialmente com carvão não aglomerado, coques, semi-coques e carvão de retorta, e polímeros.

Além disso, há mais de 100 empresas brasileiras na Colômbia, tais como Gerdau, Votorantim, Bovespa BM&F, Itaú, BTG Pactual, Natura e O Boticário, que operam no país vizinho.

Diante do exposto, estimo que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator


SF/21535.711119-63